



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27 de setembro 2012

04

Ata nº 04 | 27 de setembro 2012

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos, coadjuvado pela 1ª Secretária, Dra. Joana Maria Ferreira Vergas, PS e pelo 2º Secretário, Sr. Jorge Manuel Pisca Lúcio, PS.

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD
Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS
Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD
António José de Amendoeira Pêgo, PS
Carlos Manuel da Silva Mota, CDU
Paulo Jorge Clemente Mota, PSD
António Pedro Vieira Mendonça, BE
José Francisco Rodrigues Fernandes, PS
Maria Luísa de Freitas Pato A. Dias, PSD
Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS
Maria Emília da Graça Soares, CDU
Joana Maria Ferreira Vergas, PS
Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PSD
Hugo Filipe Albuquerque, PS
Vera Marisa Alves, PSD (em substituição)
Ana Paula Chaves, PS
Maria Odete Cosme, BE
Fernando Bernardes Domingos, PS
Rodrigo António Ferreira A. Rodrigues, CDU



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Marco Bruno Rodrigues, PS (em substituição) -----

Manuel Luís Salgueiro, PS -----

João Vasco Clemente Mota, PSD -----

Rogério Luís Dias Santos, PS -----

José António Coelho Sobreira, PS -----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----

Joaquim Edgar C. Oliveira, PS -----

Fernando de Jesus Ramos, PS -----

Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do executivo municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vereador Dr. Bernardo Pereira, o Senhor Vereador Eng. Pedro Gil Franco, o Senhor Vereador Fernando Martins, o Senhor Vereador Dr. Pedro Reis, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

A Dra. Ana Rita Monteiro (PS), nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Marco Bruno Rodrigues. -----

O Eng.º Pedro Barata (PSD), nos termos legais, pediu a sua substituição pela Dr.ª Vera Alves. -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezoito horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à sessão e apresentou os cumprimentos à Mesa, membros da Assembleia, representantes da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, à Comunicação Social e Público. -----

-- Informou que por lapso tinham sido aprovadas atas sem a revisão da ex-Presidente da Assembleia. No entanto, afirmou que foi remetido um pedido de desculpas à Dr.ª Maria Manuel Simão solicitando contributos para as atas em questão, tendo esta última efetuado pequenas alterações a uma das atas que seria colocada, de novo, à votação. -----

-- Colocou as seguintes atas para discussão e votação: nº 8/2010, nº 3/2011, nº 4/2011, nº 7/2011, nº 8/2011 e nº 3/2012. -----

-- Deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), começou por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que como não tinha visto na ordem de trabalhos a aprovação das atas, tendo "colocado de parte" as mesmas. -----

-- Deste modo, propôs que as atas em questão fossem discutidas na sessão seguinte. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se as restantes bancadas estavam de acordo com a proposta. -----

-- A Assembleia Municipal decidiu, por unanimidade, discutir e aprovar as atas na sessão extraordinária de 3 de outubro. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tinham entrado na Mesa algumas moções e recomendações. Para melhor condução dos trabalhos, disse que daria a palavra aos inscritos e depois passar-se-ia à leitura e votação das moções. -----

-- Deu a palavra ao Dr. Gonçalo Gaspar. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD), começou por cumprimentar os presentes. De seguida, dirigiu-se ao Dr. Bernardo Pereira dizendo que já tinha passado 3 anos desde a aprovação de uma moção da reativação do Conselho Municipal da Juventude, tendo à posteriori sido apresentados dois votos de protesto sobre essa questão. Acrescentou, ainda, que já tinham passado 4 meses sobre a aprovação do regulamento. Deste modo, questionou para quando seria marcada a 1ª reunião do Conselho Municipal da Juventude. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, pediu para dar a palavra ao Sr. Vereador Dr. Bernardo Pereira. -----

O Senhor Vereador, Dr. Bernardo Pereira, informou que o processo esteve dependente de uma questão processual que tinha sido resolvida naquela semana. Afirmou que o Sr. Presidente da Assembleia comunicou-lhe que o regulamento do Conselho Municipal da Juventude tinha sido, finalmente, publicado em Diário da República. -----

-- Afirmou que estavam reunidas as condições para se proceder à 1ª reunião desse órgão consultivo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD), perguntou ao Sr. Vereador se a reunião se realizaria antes do final do ano. -----

O Senhor Vereador, Dr. Bernardo Pereira, afirmou que assim que surgisse a oportunidade iria proceder à marcação da reunião. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD), afirmou que, nas comemorações do Estrela Ouriquense, tinha tomado conhecimento do compromisso assumido pelo Sr. Presidente da Câmara que consistia em pagar a inscrição de todos os atletas que estavam em formação. Deste modo, perguntou para quando estava previsto o referido pagamento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que as suas palavras não tiveram o "total enquadramento", como o Dr. Gonçalo Gaspar tinha referido. Concordou que existia a intenção de assegurar esse pagamento, estando a ser estudado o enquadramento legal. Queria que o apoio fosse efetuado às famílias dos atletas que mais necessitassem, não sendo, por isso, um apoio efetuado aos clubes. -----

-- Para tal, iriam cruzar-se os dados da atividade escolar para se verificar quais seriam os jovens atletas a apoiar. Esse apoio a ser concedido seria, somente, para os jovens residentes no Concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Gonçalo Gaspar. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD), lembrou que a época



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desportiva já tinha começado e que as inscrições já tinham decorrido. Pediu celeridade no processo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota (CDU), começou por cumprimentar os presentes. Face às intervenções efetuadas, congratulou o facto do Conselho da Juventude ir começar a sua atividade. Relativamente à questão do apoio aos atletas, era da opinião, que o mesmo tinha *"surgido de um entusiasmo momentâneo, sem que tenha havido uma análise da questão"* e achava estranho que se assumisse um compromisso do género quando existiam outros por cumprir, nomeadamente, o reembolso dos medicamentos dos portadores do cartão sénior, as bolsas de estudo para os estudantes universitários, entre outros. -----

-- Questionou o Presidente da Assembleia sobre o facto de ter sido convocada uma Assembleia extraordinária para dia 3 de outubro, 6 dias após o decorrer da atual, quando os pontos poderiam ter sido incluídos na ordinária. -----

-- Sobre o mobiliário da Escola de Vale da Pinta, referiu que o mesmo era muito antigo e não oferecia condições de segurança para as crianças. Sabia que existia um orçamento para a sua reparação, no valor de 1200 euros e que os pais estavam a organizar-se, por forma, a assegurarem o pagamento. Achava estranho que essa questão não tivesse sido contemplada na delegação de competências para a Junta de Freguesia. -----

-- Concluiu, perguntando em que ponto se encontrava a revisão do plano de trânsito da cidade do Cartaxo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respondeu à pergunta do Sr. Carlos Mota, afirmando que a convocação das Assembleias era uma competência sua, tendo convocado uma sessão extraordinária a pedido do Sr. Presidente da Câmara. -----

-- Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que tinha existido uma iniciativa legislativa recente, nomeadamente, a portaria que definia o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que implicava algum trabalho na elaboração da documentação/informação que tinha de ser trazida à Assembleia, fazendo com que a mesma não ficasse concluída a tempo da sessão ordinária. Além disso, não se pretendia densificar a ordem de trabalhos, uma vez que o PAEL era um assunto de *"extrema relevância"* para a Autarquia. -----

-- No tocante ao mobiliário escolar, disse que desconhecia a situação alegando uma possível falta de comunicação por parte do Agrupamento para com a Câmara Municipal, ou então a mesma informação poderia já ter sido emitida mas, não tinha chegado ao seu conhecimento. Agradeceu a intervenção e informou que iria inteirar-se da situação. -----

-- Acrescentou que a questão do mobiliário escolar não era competência das freguesias mas, do Município. -----

-- Face à revisão do Plano de Trânsito da cidade, informou que o mesmo estava na sua posse mas,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

António Pêgo

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tendo tido, ainda, disponibilidade para o analisar detalhadamente. Estava convicto que dali a uma semana estaria pronto a difundir as conclusões e de responder às 106 propostas de alteração apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. António Pêgo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo (PS), leu o seu pedido de esclarecimento. (Anexo 1) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou que estava de acordo com o que o Sr. António Pêgo tinha proferido, achando inadmissível que um ano e meio depois não existisse uma conclusão, quando por parte dos técnicos da Autarquia existia uma proposta final para apresentação. Contudo, como não existiam todos os critérios que permitiam uma definição da REN, o processo não podia ser concluído. -----

-- No entanto, informou que esse não era um problema do Município do Cartaxo, todos os municípios da Lezíria tinham visto as suas *"expectativas frustradas"* porque não existia a clara definição da REN. -----

-- Informou que tinha tido uma reunião com o Secretário de Estado e que este partilhava das *"mesmas angústias"* dos municípios mas, não tinha conseguido desbloquear a situação que tinha referido. -----

-- afirmou que sem o PDM o Município poderia estagnar em várias vertentes, nomeadamente, no âmbito do desenvolvimento económico, do desenvolvimento urbanístico, do desenvolvimento social, entre outros, sendo urgente chegar à sua fase de conclusão e apresentação da proposta da revisão do PDM. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que existiam mais pedidos de intervenção e que a seguir aos mesmos passar-se-ia à votação dos documentos entregues. -----

-- Deu a palavra à Dr.^a Hélia Baptista. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Hélia Baptista (PSD), no seguimento do assalto à caixa multibanco que danificou o Mercado dos Casais Lagartos, questionou se era intenção da Câmara Municipal recuperar o edifício em questão e voltar a instalar uma caixa de multibanco. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta à Dr.^a Hélia, informou que se tinha feito uma análise jurídica de quem tinha responsabilidade e do quê. Sendo algo que nunca tinha sucedido, as seguradoras foram consultadas para saber quem comportava as despesas. -----

-- Quanto ao Mercado, afirmou que se estava a proceder à revisão do projeto para avançar com a obra. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), sugeriu ao Sr. Presidente da Assembleia que numa próxima sessão se seguisse o modelo de condução dos trabalhos que era



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

usual, nomeadamente, as moções serem discutidas e votadas e as perguntas serem colocadas nessa fase. -----

-- Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que se contivesse "*no seu populismo*" porque não devia de prometer certos apoios quando alguns deles estavam em falta por pagar, como por exemplo, a comparticipação dos medicamentos dos utentes do cartão sénior. -----

-- Mencionou que após consultar a correspondência da Assembleia Municipal, deparou com um convite do Sr. Presidente da Câmara, dirigido ao Sr. Fernando Santos para estar presente na receção ao Secretário-Geral do PS. Com isso afirmou que o BE tinha razão quando dizia que o Sr. Presidente da Câmara tinha transformado o salão nobre, "*na sala de festas*" do PS. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Ramos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Ramos (PS), começou por cumprimentar os presentes. Disse que antes da abertura dos anos letivos as Juntas de Freguesia costumavam verificar os diversos equipamentos escolares. -----

-- Informou que uma semana após o início do ano letivo, tinha convocado os encarregados de educação para saber como é que as "*coisas estavam a decorrer*", tendo tomado conhecimento que algum mobiliário escolar não estava em condições. Contudo, o mobiliário não estava em más condições uma vez que ao longo dos anos os professores e alunos tinham sabido preservar o mesmo. A questão não era as condições do mobiliários mas, o facto de as mesas serem "*muito baixas*" para os alunos, afirmou. -----

-- Disse que tinha encontrado uma solução com o serralheiro, que era levantar as mesas cerca de 7 cm, estando a Junta de Freguesia disponível para assumir a despesa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara dizendo ser inadmissível que ao fim de um ano e meio não tinha resposta face ao PDM, afirmou que o que não era concebível era que um ano e meio depois o Sr. António Pêgo não tivesse entregado os relatórios das reuniões em que participou, no âmbito da comissão de acompanhamento do PDM. -----

-- Face aos apoios prometidos aos atletas de famílias mais carenciadas, disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha feito promessas que não sabia se conseguiria cumprir, principalmente se a Câmara recorresse ao reequilíbrio financeiro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Ramos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo (PS), respondendo à Dr.^a Odete, disse que tinha apresentado verbalmente, numa sessão da Assembleia, o resumo das reuniões da comissão de acompanhamento do PDM. -----

-- Acrescentou que devido ao número de entidades envolvidas, bastava uma não concordar para provocar atrasos no processo. -----

-- Aconselhou a Dr.^a Odete Cosme a solicitar à CCDDR os relatórios, uma vez que era a entidade



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competente para o efeito. -----

MOÇÃO DO BE SOBRE O PARQUE CENTRAL -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), leu a Moção sobre o parque central. **(Anexo 2)** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, informou que a taxa de ocupação do parque estava acima dos 80%, ou seja, as pessoas do Concelho já tinham percebido que existia uma infraestrutura que estava à disposição delas, com condições necessárias para proteger as viaturas. -----

-- Face ao modelo de gestão daquele espaço, afirmou que o mesmo estava a ser estudado porque a infraestrutura tinha custos e esses tinham de ser suportados/pagos. De momento, estavam tentar compatibilizar um tarifário razoável que mantivesse as condições de atratividade do estacionamento, sem recorrer a estudos externos. -----

-- No tocante aos bares, informou que a sua consolidação e abertura do procedimento já estava em fase final. O processo seria conduzido pela RUMO. Posto isso, estar-se-ia em condições de colocar os bares em hasta pública. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), afirmou que os estudos deviam ter sido feitos antes da própria obra e não um ano depois da mesma estar concluída. -----

-- Disse que o Sr. Presidente da Câmara antes de ocupar esse lugar deveria de se ter informado se existiam estudos a decorrer e se estes não existissem, deveria de os ter realizado de imediato. -----

-- Conclui solicitando que, no final dos estudos, fosse apresentado um plano "com pés e cabeça" para que o mesmo fosse votado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Gonçalo Gaspar. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD), afirmou que estava "apavorado" com a gestão do Sr. Presidente da Câmara porque este primeiro fazia a obra e só depois é que efetuava os estudos. Estando a obra feita, pediu que existisse celeridade para perceber como é que a obra ia ser sustentada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), recorrendo da sentença do Tribunal de Contas aplicada ao ex-Presidente da Câmara, referiu que os gestores dos dinheiros públicos tinham de ter parcimónia face à gestão destes últimos. -----

-- Afirmou que o parque não tinha a taxa de ocupação de 80% porque se fossem ao 2º piso o parque estava às escuras. Além disso, disse que existiam carros que estavam estacionados no parque, durante dias. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, lembrou que num ano muita coisa tinha mudado e as



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

circunstâncias eram outras. O que se pretendia *"era servir melhor a comunidade"* e acrescentou que a infraestrutura estava à disposição da comunidade, com os 2 pisos abertos. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE sobre o Parque Central, com 5 votos a favor, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 17 votos contra do Grupo do PS e 7 abstenções do PSD. -----

REQUERIMENTO DO BE – PROLONGAMENTO DO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tinha sido entregue na Mesa um requerimento apresentado pelo BE (**Anexo 3**), para prolongamento do período antes da ordem do dia. Colocou o mesmo à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Requerimento, com 29 votos a favor, 17 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

MOÇÃO DO BE SOBRE a TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO EXECUTIVO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), leu a Moção sobre a transparência da informação disponibilizada pelo Executivo. (**Anexo 4**) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, face à moção apresentada, afirmou que a informação estava *"disponível a todos"* mas, não de uma forma *"anárquica"*, como entrar no edifício em *"começar a mexer em papéis como se tivessem em sua casa"*. -----

--Reforçou que toda a documentação solicitada era disponibilizada, mesmo que não fosse competência da pessoa que a solicitava, poder aprecia-la. Daí afirmar que o conteúdo da moção era uma *"falácia"*. -----

--Disse que o método usado não poderia persistir, ou seja, o envio de um e-mail 30 minutos antes das sessões da Assembleia, a solicitar documentação e outras informações, uma vez que os serviços da autarquia não poderiam parar para satisfazer, em cima da hora, esses pedidos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), afirmou que há 3 anos que pediam documentos e informações que, ainda, não tinham sido disponibilizadas, nomeadamente, o processo da RayHuman. -----

--Esclareceu que não tinha pedido a documentação 30 minutos antes da sessão mas, quando recebeu a ordem de trabalhos, pois só com esta é que poderia ver quais seriam os assuntos abordados na sessão, solicitara alguma informação. -----

--Referiu que tinha solicitado um despacho do Sr. Presidente, que era público e a resposta que tinha obtido dos serviços é que *"não tinha direito a ele"* porque o mesmo não ia ao órgão executivo e deliberativo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota (CDU)**, face à moção apresentada disse que o que contava era a essência e essa era bem real. Deu o exemplo de uma situação que tinha sucedido com o Prof. Mário Júlio, nomeadamente, sobre uma informação que tinha recebido na última reunião de Câmara e que já tinha sido solicitada pelo mesmo há mais de um ano e meio. ----

-- Concluiu dizendo que iria votar a favor da moção. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha.-----

O **Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD)**, informou que subscrevia a intervenção do Sr. Carlos Mota, uma vez que já tinha sucedido o mesmo com ele, ou seja, tinha solicitado alguns pedidos de informação ao Sr. Presidente da Câmara, em sessões da Assembleia e tinha existido a promessa da mesma ser enviada posteriormente. No entanto, a informação nunca fora enviada. -----

-- Acrescentou que as informações podiam ser facultadas pelo Executivo até um período máximo de 30 dias e que este não tinha legitimidade para afirmar se os documentos solicitados pelos membros da Assembleia podiam não ser relevantes para as tomadas de decisão, ou seja, não competia ao Executivo ajuizar a relevância dos mesmos mas, sim disponibilizá-los dentro dos prazos legais.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A **Membro da Assembleia Municipal, Dr. ^a Odete Cosme (BE)**, afirmou que a lei previa 15 dias para resposta, acrescidos de mais 15 dias, desde que fundamentado. No entanto, se fossem documentos para tomadas de decisão numa sessão da Assembleia, o prazo legal não fazia sentido.

A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria, **rejeitar a Moção do BE sobre a transparência da informação disponibilizada pelo Executivo, com 11 votos a favor, 6 do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 16 votos contra do Grupo do PS, e 2 abstenções, 1 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PSD.** -----

A **Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luisa Pato (PSD)**, fez a sua declaração de voto dizendo que não estava de acordo com “o modo” de como a moção estava redigida mas, concordava com a sua essência, daí ter votado a favor. -----

MOÇÃO DO PS SOBRE A FEIRA DO MILHO E DAS GRANDES CULTURAS - AGROGLOBAL----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Manuel Fabiano. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano (PS)**, leu a moção. **(Anexo 5)** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha.-----

O **Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD)**, afirmou que conhecia a Agroglobal desde a 1ª edição e era “um acontecimento inédito no panorama agrícola nacional” e só existia esse tipo de feiras nos Estados Unidos da América. -----

-- Informou que a organização da feira era exclusivamente privada. Se o Município do Cartaxo quisesse associar-se e “tirar dividendos”, como aqueles que vinham intrínsecos na Moção, teria de fazer algo mais do que aquilo que já tinha feito. Para justificar essa afirmação disse que não esteve



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nenhuma entidade, nem da Câmara, nem da Assembleia, para receber o Secretário de Estado da Agricultura. -----

-- Afirmou que tinha ficado surpreso quando a moção enfatizou a importância do tomate no Concelho. Só receava que dali algum tempo alguém pensasse que o Cartaxo deixaria de ser a cidade do vinho, para passar a ser a cidade do tomate ou capital do tomate. -----

-- Concluiu dizendo que votaria a favor da moção e que era da opinião que *"toda a orientação"* que a Agroglobal tinha tido merecia ser acompanhada e o Município deveria de se empenhar mais. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, começou por saudar o conteúdo da moção. Face ao acompanhamento do Sr. Secretário de Estado, informou que, devido a outro compromisso, não conseguiu acompanhar a visita e que a vinda do Sr. Secretário de Estado não tinha sido abrangida pelo protocolo, ou seja, tinha vindo visitar a Agroglobal por iniciativa própria. Acrescentou que o gabinete da Sr.^a Ministra tinha informado as várias entidades da sua visita à Agroglobal, o mesmo não tinha sucedido por parte do gabinete do Sr. Secretário de Estado. -----

-- Concluiu dizendo que o Sr. Secretário de Estado tinha tido o acompanhamento de uma pessoa com responsabilidades no Concelho, nomeadamente, do Dr. Vasco Cunha, tendo agradecido ao mesmo *"esse gesto"*. Informou, ainda, que a Câmara Municipal tinha feito parte da organização, apesar do Dr. Vasco Cunha não ter essa perceção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Marco Rodrigues. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Marco Bruno Rodrigues (PS), começou por cumprimentar os presentes. No tocante à Agroglobal, e apesar de a iniciativa ser privada, disse que a mesma permitia divulgar o potencial agrícola do Concelho para investidores e privados e podia incentivar o agroturismo na freguesia de Valada. -----

-- Referindo-se à intervenção do Dr. Vasco Cunha face ao tomate, afirmou que a questão da produtividade estava relacionada com a tonelagem produzida por hectare. Desse modo, não tinha dúvida que os solos da freguesia de Valada estavam a *"potenciar maior tonelagem por hectare"*. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, afirmou que se a Câmara tinha sido coorganizadora da feira, outras 150 empresas, também, o tinham sido, uma vez que cada uma tinha estado presente com um stand naquele evento. -----

-- Informou que esteve de visita à feira mas, não tinha recebido mandato para representar ninguém.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Manuel Fabiano. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano (PS), informou que a Câmara Municipal esteve envolvida na organização da feira porque os caminhos de acesso tinham sido retificados por esta. -----

-- Face às searas de tomate, garantiu que existiam produções de tomate na freguesia de Valada



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com 160 toneladas por hectare e de acordo com informação oficial, só os Estados Unidos da América conseguiam produzir mais por hectare. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção do PS sobre a Feira do Milho e das Grandes Culturas - Agroglobal, com 28 votos a favor, 17 do Grupo do PS, 7 do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

MOÇÃO DO PS SOBRE A EDUCAÇÃO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Ramos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Ramos (PS), leu a moção. (Anexo 6) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha.-----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), afirmou que se o PS, face a um dos parágrafos, onde mencionava as políticas de austeridade do Governo, associasse uma notícia que tinha sido publicada sobre os ex-governantes Paulo Campos, Mário Lino e António Mendonça à moção, votaria favoravelmente. O mesmo sucederia se retirasse o parágrafo em causa. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Moção do PS sobre a Educação, com 21 votos a favor, 17 do Grupo do PS, 3 do Grupo da CDU e 1 do Grupo do BE, 4 votos contra do PSD e 2 abstenções do Grupo do PSD. -----

MOÇÃO DO PS SOBRE A LEI DOS COMPROMISSOS

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que o tempo para o período antes da ordem do dia estava esgotado mas, ainda existiam alguns documentos para discussão. Pediu a todos os interveniente celeridade. -----

-- Deu a palavra ao Sr. António Pêgo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo (PS), leu a moção. (Anexo 7) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha.-----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), afirmou que poderia admitir que a lei dos compromissos pudesse ter alguns pontos que suscitasse dúvidas mas, se a mesma fosse inconstitucional tinham sido acionados mecanismos legais para a questionar, o que não se verificou. -----

--Disse que com a lei dos compromissos permitiu saber qual era a dívida da Câmara Municipal do Cartaxo para com os credores. Se a mesma não existisse, não havia a transparência que se conhecia nas contas do Município, afirmou. -----

-- Concluiu, dizendo que se não fosse essa lei, o Município do Cartaxo não poderia ser resgatado pela administração central. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota (CDU), disse que a lei dos compromissos só existia porque não foi cumprido ao longo dos anos o "*enquadramento legal já existente pelos responsáveis de organismos do Estado e Autarquias*". -----

-- Não queria dizer que concordava com a lei mas, na sua opinião algo tinha de ser feito, ou seja,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha de se “estancar a sangria que estava a ser feita do erário público” por todo o país. Na sua opinião, a lei estava a “servir de chapéu-de-chuva” para muitas iniciativas que deveriam de ter sido tomadas pelos Municípios, que não querendo ou não podendo tomá-las alegavam que a lei os impedia de o fazer. -----

-- Afirmou que, também, tinha dúvidas sobre a constitucionalidade da lei mas, iria aguardar a pronúncia do Tribunal Constitucional. Por isso, disse que era difícil tomar uma posição pro ou contra, daí informar que iria optar pela abstenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, afirmou que tinha percebido a intervenção do Dr. Vasco Cunha, uma vez que, também, era responsável pela lei dos compromissos. Essa situação justificava-se porque existia um afastamento dos deputados da república face aos 308 municípios. -----

-- Referiu que apesar do Dr. Vasco Cunha ter mencionado que existiam mecanismo próprios para analisar a lei, tinha existido, por parte do Governo, uma “atitude chantagista”, quando ordenou aos municípios que recolhessem as providências cautelares associadas ao diploma em questão pois, caso contrário na tinham direito ao PAEL. -----

-- Face às considerações que o Dr. Vasco Cunha tinha efetuado sobre as contas da Autarquia, disse que o mesmo tinha estado desatento nos anos anteriores, uma vez que os números tinham sido sempre apresentados. -----

-- Terminou a intervenção, afirmando que a dívida total dos municípios correspondia a 0.36% da dívida pública do país. Daí não concordar que se afirma-se que as Autarquias eram as grandes responsáveis pela crise que o país atravessava. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), disse que a atitude do Sr. Presidente da Câmara, durante a sessão, era de aligeirar as suas responsabilidades “atirando-as para terceiros”. -----

-- Afirmou que 41 municípios eram identificados como ilegíveis para se candidatarem ao PAEL, estando no grupo 1 o Município do Cartaxo. Informou, ainda, que a Troika quando chegou a Portugal tinha a informação que 21 câmaras estavam em falência. Solicitou que Sr. Presidente da Câmara tenta-se adivinhar qual era 21ª câmara. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a **Moção do PS sobre a Lei dos Compromissos**, com 17 votos a favor Grupo do PS, 7 votos contra, 6 do Grupo do PSD e 1 do Grupo do BE e 3 abstenções do Grupo do PSD. -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO APRESENTADO PELA CDU-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Prof.ª Emilia Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emilia Soares (CDU), leu o pedido de esclarecimento. (Anexo 8) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara, informou que face à estrada do Setil o "processo burocrático" e já tinha sido levantado, contando retomar as obras "num menor curto intervalo possível". -----

– Acrescentou que as obras já tinham iniciado na estrada de Santana, o mesmo não sucedia com o viaduto que já estava adjudicado por menos de 1 milhão do que estava previsto no valor base. Esta última situação ficava a dever-se ao facto de as entidades envolvidas não terem dinheiro disponível, face ao momento que o país atravessava. Disse que a Autarquia assumiria 10% do custo da obra. -

– Face à limpeza do dique, informou que já tinha sido efetuada alguma manutenção com o apoio da Junta de Freguesia de Valada. -----

– Quanto à situação da Associação Cultural e Recreativa de Vale da Pedra, disse que as verbas protocoladas estavam a ser pagas de uma forma "diluída no tempo", tal como sucedia com as restantes associações e clubes. No entanto, com a "abrangência" do PAEL, contava que todos os protocolos ficassem saldados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Manuel Fabiano. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano (PS), afirmou que tinha ficado contente com a presença da Prof.^a Emília Soares em Porto de Muge, considerando relevantes as preocupações que a mesma tinha levantado na sua intervenção. -----

– No tocante ao viaduto de Santana disse que o mesmo já estava ultrapassado na sua viabilidade, em termos de passagem. Fez um alerta sobre o perigo de ruína do mesmo, afirmando que uma das suas preocupações era a passagem do autocarro que fazia a ligação entre Cartaxo e Valada por aquela estrutura, uma vez que era único veículo que poderia passar com uma certa tonelagem. -

– Quanto à vala real, informou que já tinha pensado em colocar uma máquina no local para efetuar a sua limpeza mas, tal não tinha sido possível devido à produção que existia nos campos circundantes. No entanto, iria avançar com a limpeza assim que possível. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Eng.^a Luísa Pato. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato (PSD), face ao viaduto de Santana, afirmou que tinha de existir um certo realismo para aceitar que a obra não iria ser efetuada nos próximos tempos. -----

– A Autarquia teria de "pensar em uma solução" para a estrada, passando por alcatroar a mesma, ou, colocar betume, uma vez que parecia ser a "solução mais barata". Não se poderia ficar à aguardar pela construção do novo viaduto para arranjar a estrada, afirmou. -----

– Referiu, ainda, que o parque para automóveis de Santana e que servia os utentes da CP, estava a ficar sem espaço, devido ao crescente número de carros parqueados naquele espaço. -----

RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA CDU.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Prof.^a Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), leu a recomendação. (Anexo 9) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu a recomendação e informou que iria fazer-se o que era necessário e com a maior brevidade possível. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Eng.^a Luísa Pato. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato (PSD), referiu-se ao repuxo que existia na Avenida João de Deus que carecia de limpeza. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Domingos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), começou por cumprimentar os presentes. -----

-- Face à estrada de Santana, referiu que a Autarquia deveria de construir uma rotunda no "lanço de 3 pontas", uma vez que existiam muitos acidentes naquele local. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-- Não houve intervenções do público. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por dar conhecimento dos assuntos incluídos na ordem do dia: -----

1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53º DA LEI N.º 169/99, COM AS ULTERIORES ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), no seguimento da análise da informação financeira do município, referiu que a 31 de agosto as dívidas a fornecedores perfaziam cerca de 7 milhões de euros e no mapa de fornecedores, publicado no site da Câmara, em julho, constava um valor de quase 13,5 milhões de euros. Havendo uma diferença de cerca de 6 milhões de euros, entre estes dois valores, pediu esclarecimentos. -----

-- Afirmou que tinha solicitado ao Sr. Presidente Assembleia para que o Executivo justificasse qual era dívida do 'estado e outros entes públicos'. -----

-- Indagou por que razão continuavam a ser retidos os descontos dos funcionários, uma vez que os mesmos constavam no diário de tesouraria e que iam transitando de mês para mês, na ordem de 300 mil euros. -----

-- No tocante à 'divisão municipal e infraestruturas', disse que existiam várias obras suspensas, perguntando até quando essa situação iria permanecer. Perguntou, também, por que razão as mesmas tinham sido suspensas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota (CDU), saudou a adenda ao relatório entregue pelo Vereador Sr. Fernando Martins que colmatava algumas situações, afirmando que, ainda, faltava informação sobre o Estádio Municipal, e sobre o Pavilhão de Exposições, por exemplo. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), referiu-se à viagem feita pelo Vereador Dr. Bernardo Pereira, ao Brasil, no âmbito das geminações da Autarquia. Disse que a posição do BE sobre estas últimas era conhecida, ou seja, eram contra as geminações dado que não sabiam como beneficiavam o Concelho. -----

-- Afirmou que o relatório da visita à China tinha sido pedido mas, não tinha sido entregue. No âmbito da visita ao Brasil, questionou se o Dr. Bernardo Pereira tinha elaborado algum relatório onde constassem os benefícios para o concelho do Cartaxo resultantes dessa viagem. -----

-- Perguntou qual tinha sido o retorno da participação do Cartaxo na Bolsa de Turismo de Lisboa e porque é que o site, com o slogan 'Cartaxo seduz', tinha sido desativado. Questionou, ainda, qual tinha sido o ganho com a participação no Cartaxo – Dakar'. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), face às 'receitas correntes' mais concretamente nos 'impostos indiretos', disse que existia uma dotação de 1 366 milhões de euros, prevista para todo o ano, o que daria uma média de cerca de 100 mil euros mensais. Em 31 de agosto estavam somente executados cerca de 44 mil euros. Questionou o porquê do desfasamento dos valores. -----

-- Dentro do item 'receitas correntes', afirmou que tinha sido previsto pelo Município que a rubrica 'venda de bens e prestação de serviços correntes' ficaria com uma dotação de 14 600 milhões de euros, estando concretizados, até aquele momento, 760 mil euros. -----

-- Mencionou que no item das despesas estava previsto, na rubrica 'despesas correntes', que se registasse uma aquisição de bens e serviços correntes no valor de 13 361 milhões de euros, estando concretizados à data de 31 de agosto, 1 800 milhões de euros. -----

-- Face ao investimento da Câmara, onde estavam previstos na rubrica 'aquisição de bens de capital', 28 700 milhões de euros, afirmou que estavam concretizados até aquela data, quase 2 milhões de euros. -----

-- Solicitou, deste modo, ao Executivo esclarecimentos face ao desfasamento de valores que tinha enunciado ao longo da sua intervenção, ou seja, face ao que tinha sido orçamentado e o que estava executado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, começou por referir que depois da análise feita ao relatório poder-se-ia tirar a conclusão de que a dívida estava estabilizada, o que transmitia uma boa gestão.-

-- Na sua opinião o que importava era gerir e pagar a dívida, sem abandonar as competências e atribuições da Câmara Municipal. -----

-- Informou que tinha sido feito "*um enorme esforço de contração dos custos*", tendo sido reduzido cerca de 1 milhão de euros, garantido a mesma qualidade de serviços prestados à população. Deu como exemplo a redução de 17% nos custos com o pessoal. -----

-- Face às cobranças, afirmou que se tinha registado um aumento de cerca de 115% que derivava



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de uma decisão do Governo, que consistiu na retenção de uma verba feita às Câmaras Municipais para a reavaliação dos imóveis. Mesmo assim, com retenção de verbas, afirmou que se estava a fazer uma gestão “cuidadosa” do “dinheiro dos cartaxeiros”. -----

-- Informou que tinha existido uma redução de 19.5% na receita em relação ao período homólogo, principalmente, na arrecadação de impostos. -----

-- Face às operações não orçamentais, declarou que as mesmas não diziam, somente, respeito a despesas de pagamento ao Estado relativas aos funcionários, garantindo que os encargos com estes últimos estavam a ser pagos “numa base mensal”. -----

-- Referindo-se às geminações afirmou que os resultados, por vezes, demoravam a aparecer. No entanto, informou que tinha saído na comunicação social que a Adega Cooperativa do Cartaxo tinham aumentado as exportações, em 10%, para a China, acreditando que esse fosse um indicador positivo que tinha surgido no âmbito das geminações. -----

-- Esclareceu que a Câmara Municipal do Cartaxo não tinha tido custos face à geminação com o Brasil, ou seja, a viagem e a estadia do Sr. Vice – Presidente foi suportada pela Prefeitura de Bento Gonçalves. Informou, ainda, que o Sr. Vice- Presidente tinha apresentado um relatório, tendo sido apresentado verbalmente por si (Sr. Presidente da Câmara) em reunião de Câmara. -----

-- Concluiu reforçando que os 5 milhões de “despesa de base mensal”, não estavam a ser realizados porque, por vezes, as verbas que a Autarquia esperava receber num determinado intervalo de tempo para proceder a determinados pagamentos, nomeadamente, de investimentos, estavam a ser dilatadas no tempo. Acrescentou, ainda, que essa situação fazia diminuir a execução até porque existiam compromissos antigos que tinha sido assumidos, com verba orçamentada para a construção de determinadas infraestruturas mas, com a reprogramação do QREN estavam a ser sucessivamente adiados, dando o caso das etar’s e do Centro Escolar de Pontével. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), afirmou que o Sr. Presidente da Câmara não tinha respondido à sua questão face à diferença de 6 milhões de euros entre os dados que estavam no relatório e aqueles que tinham sido enviados para a DGAL e IGF. -----

-- No tocante à redução de pessoal efetuada, informou que a mesma contava de uma obrigatoriedade imposta pela Lei do Orçamento de Estado. -----

-- Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara como é que tinha sido reduzida a despesa se no ano passado, em período homólogo, a mesma era de 41 milhões de euros, sendo naquele momento de 44 milhões de euros. -----

-- Afirmou que as Etar’s só não tinham sido construídas anteriormente por causa do ex-Presidente da Câmara e que no presente a construção das mesmas eram responsabilidade da Cartágua e não do Município. -----

-- Face às verbas que estavam nos diários de tesouraria, afirmou que as mesmas resultavam dos descontos dos funcionários que não tinham sido entregues. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), referiu que o Sr. Presidente da Câmara não tinha respondido às suas perguntas, nomeadamente, face à BTL, ao site 'Cartaxo seduz' e ao rally Cartaxo – Dakar. -----

-- Afirmou que gostava de ler o relatório que o Sr. Vice- Presidente tinha entregado ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), referindo-se ao discurso do Sr. Presidente da Câmara, disse que existia um ponto em que estava de acordo e outro em que discordava. Assim afirmou que concordava que o executivo tinha a responsabilidade de gerir o dinheiro dos cartaxeiros mas, discordava face à afirmação de que a dívida tinha estabilizado e bastava verificar isso através da rubrica de 'passivos financeiros', estando estimado no orçamento o pagamento de 3 milhões de euros, tendo sido concretizados, até à data, 48,5 mil euros. -----

-- Questionou se o Município já devia "*novamente, em relação aos resíduos sólidos urbanos quase 1 milhão de euros*", porque se assim fosse, a dívida estaria estabilizava porque não estava refletida no relatório. -----

-- Face aos custos de pessoal que o Sr. Presidente da Câmara afirmara terem diminuído, disse que aparentemente tinha sido esse o efeito mas, quando fosse a apresentação do relatório de contas da RUMO iria-se verificar-se o contrário. -----

-- Questionou o facto de a Câmara Municipal estar a aproximar-se de 1 milhão de dívida relativamente aos resíduos sólidos urbanos. -----

-- Concluiu a sua intervenção afirmando que o Sr. Presidente da Câmara não conseguia admitir que o orçamento aprovado em dezembro de 2011 era irrealista, tendo aumentando os seus montantes quando outras câmaras tinham reduzido. A prova de que o orçamento era irrealista, estava relacionada com a fraca percentagem de execução. Questionou, ainda, sobre a situação da Avipronto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Marco Rodrigues. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Marco Rodrigues (PS), salientou que o Sr. Presidente da Câmara estava a "*fazer um bom trabalho*". Com essa afirmação não queria dizer que a dívida já estava num plano descendente. Essa situação não se ficava a dever somente à Câmara Municipal mas, também ao Governo porque este último, na sua opinião, era responsável pelas quebras de receita dos impostos indiretos e pela quebra da atividade económica. -----

-- Afirmou que o facto de a Câmara não estar a aumentar a sua dívida era positivo, era um "*bom sinal*", significando que se estava a conseguir estabilizar a mesma. -----

-- Face à questão da Avipronto levantada pelo Dr. Vasco Cunha, disse que a decisão da sua implementação no Cartaxo era da própria gerência e não da Câmara Municipal e o facto de a mesma ter reforçado e ampliado as suas instalações na Azambuja poderia ser um sinal de falta de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financiamento para a construção de uma nova unidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), referiu-se à Avipronto informando que a construção das novas instalações no Cartaxo, tinha sido prevista através de 2 protocolos. No entanto, a Avipronto continuava na Azambuja, acrescentou.-----

-- Reportando-se à intervenção do Sr. Marco Rodrigues, disse que relativamente à despesa do Município ela estava no limite da tesouraria, não havendo disponibilidade para o executivo fazer mais do que aquilo que já tinha feito. No entanto, não se podiam esquecer de questões relevantes como o "serviço da dívida" e a "questão dos resíduos sólidos urbanos". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme dizendo que já tinha concedido à mesma "muito tempo de palavra", solicitando assim que fosse breve. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), perguntou ao Sr. Presidente da Câmara por que razão, desde julho de 2011, todas as pessoas que tinham pedido a aposentação estavam a receber pela Câmara Municipal em vez de estarem a receber pela Caixa Geral de Aposentações. Acrescentou que esta última entidade afirmara que só começaria a pagar as reformas depois de a Câmara entregar os descontos que devia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, informou que a redução de pessoal não tinha ficado a dever-se ao orçamento de estado dizendo que existia uma confusão face ao que era a dívida, os custos ou as receitas.-----

-- Afirmou que a transferência de pessoal para a RUMO era "irrealista" e "ilegal" e que a mesma tinha os seus funcionários em "número estabilizado". Por isso, o argumento de que a Câmara tinha menos custos com o pessoal porque estava a "gastar na RUMO", não era acolhido. -----

-- Para si o que era preocupante, não eram as 7 pessoas que estavam na RUMO a trabalhar para as escolas mas, sim a portaria que tinha saído que só permitia ter 68 colaboradores a trabalhar nos estabelecimentos de ensino do Concelho, quando estes últimos só funcionavam com 110. Pensou que essa preocupação poderia ter sido abordada por alguns membros da Assembleia Municipal, assim como, tinha pensado que a oposição pudesse ter mencionado a dívida que o Governo tinha para com a Câmara Municipal, no âmbito das transferências para a educação. -----

-- Face à Avipronto disse que existiam muitas empresas no país com os mesmos problemas. Os 41 milhões de euros que "era suposto serem investimentos" no Concelho não se tinham realizado mas, a Câmara iria ter uma resposta até ao final do ano por parte da empresa, informou. -----

Declarou que com "parcimónia, determinação e tenacidade" iriam equilibrar as contas da Câmara Municipal. -----

-- Face aos resíduos sólidos e urbanos afirmou que a dívida tinha aumentado mas, estava-se a planear a alteração do modelo de depósitos e de recolha. Estava-se a trabalhar para melhorar o desempenho, querendo reduzir em 50% os custos no depósito/tonelada. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Yezus
[Signature]

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. AJUSTE DIRETO NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2011/CCE – AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO ESPECIAL – ANOS 2012/2013 – PRÉVIA AUTORIZAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o Ponto 2. -----

Deliberado aprovar por maioria, a prévia autorização do Ajuste Direto no âmbito do Acordo Quadro celebrado na sequência do Concurso Público nº 02/2011/CCE – Aquisição de energia para instalações alimentadas em média e baixa tensão especial – Anos 2012/2013, com 20 votos a favor, 15 do Grupo do PS e 5 do Grupo do PSD, 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 1 abstenção do Grupo do PSD. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), fez a declaração de voto em nome do BE, dizendo que tinham solicitado o mapa dos fundos disponíveis e que os mesmos eram necessários para autorizar os ajustes diretos. Como os mesmos não tinham sido disponibilizados o BE tinha votado contra a proposta. -----

3. REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2012/2013 – PRÉVIA AUTORIZAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.ª Hélia Baptista. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista (PSD), devido à crise que o país atravessava, declarou que os “programas de alimentação” eram muito importantes para as Escolas.

– Sendo da opinião que a educação era um “ *pilar fundamental para o sucesso do país*”, era necessário aliar qualidade de vida com uma boa alimentação “*como forma de garantir disposição das crianças para os estudos*”. Assim sendo, disse que o programa de refeições garantia que as crianças fossem alimentadas “*como era crucial*”, como era o caso dos mais pobres e vulneráveis, podendo estes usufruírem da escola com saúde. -----

– Informou, a título de curiosidade, que a Finlândia fora o primeiro país a elaborar legislação sobre refeições escolares gratuitas, tendo a lei entrado em vigor em 1948. -----

Deliberado aprovar por maioria, a prévia autorização – refeições escolares para o ano letivo 2012/2013, com 20 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD e 1 do Grupo do BE, 3 votos contra do Grupo da CDU e 0 abstenções. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), fez a sua declaração de voto informando que o BE tinha votado a favor porque as refeições escolares estavam excecionadas na lei dos compromissos. -----

4. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – PRÉVIA AUTORIZAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.ª Hélia Baptista. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista (PSD), face ao ponto em discussão pensava existir uma discrepância da periodicidade da lavagem e desinfecção dos contentores do lixo entre a cidade do Cartaxo, que era mensal e as freguesias do Concelho, que era três vezes por



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, confirmou que existia essa discrepância e que a mesma seria colmatada pela "*atividade própria da Câmara*". Afirmou que em muitas zonas cuja densidade de deposição de lixo não era a que se verificava na cidade, poder-se-ia dilatar no tempo.

-- Informou que só se tinha procurado contratar o "*estritamente necessário*", sendo o restante serviço prestado pela Câmara. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), afirmou que tinha solicitado documentação alusiva ao ponto porque tinha existido um ajuste direto de 60 mil euros à firma que estava a fazer a recolha dos resíduos sólidos. Esse ajuste tinha sido justificado em reunião de Câmara, pelo Dr. Bernardo Pereira, referindo que não tinha conhecimento que o contrato em vigor terminava em junho, não tendo tempo de efetuar o concurso público. -----

-- Informou que a lei previa um concurso público urgente, feito em 48 horas. Como o Dr. Bernardo tinha tomado posse em janeiro, disse que não queria acreditar que o mesmo não tivesse tido tempo para se inteirar da questão. -----

-- Dado que tinha solicitado a fundamentação do ajuste direto, tendo solicitado que o dossier com a respetiva documentação visse à Assembleia, perguntou por que razão a informação não tinha sido disponibilizada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, lamentou a interpretação da Dr.^a Odete, principalmente quando não se disponibilizava de imediato o que era solicitado. Acrescentou que na Câmara os funcionários tinham as suas tarefas e não se poderia estar a parar os serviços para responder a pedidos feitos na hora. -----

-- Disse que a informação poderia ser disponibilizada mas, tinha de seguir uma determinada tramitação, pedindo que os membros da Assembleia Municipal requeressem todas as explicações ou documentação através do Presidente da Mesa. Este último faria chegar as diversas solicitações ao Executivo. Os pedidos seriam avaliados e dependendo da disponibilidade dos colaboradores, seriam respondidos, acrescentando que estes últimos trabalhavam enquanto outros mandavam e-mails nas horas de serviço. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota (CDU), informou que a CDU iria votar contra porque da parte desta existia uma "*certa confusão face ao assunto*" e cuja documentação era insuficiente para esclarecer as dúvidas, nomeadamente, se estava-se perante uma despesa ou um concurso público. -----

-- Referiu se fosse considerado concurso público a condição relevante a ter na altura da avaliação das propostas não poderia ser somente o preço mas, tinha-se de ter em conta a qualidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A **Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE)**, disse que não pedia documentos "ao abrigo de um capricho" e quanto ao enviar e-mails dentro da hora de expediente, afirmou que o Sr. Presidente não sabia se estava ao serviço ou se estava de férias. Afirmou que tinha de enviar os e-mails dentro da hora de expediente da Câmara.-----

-- Declarou que era obrigação do Sr. Presidente da Câmara prestar informações aos membros da Assembleia Municipal. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Fernando Domingos. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS)**, solicitou que o Sr. Carlos Mota explicasse a diferença entre concurso público e despesa. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota (CDU)**, respondeu que sabia o que significavam os dois termos. No entanto, afirmou que na documentação não existia qualquer diferenciação entre concurso público e despesa. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Dr. Gonçalo Gaspar. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD)**, pediu que se esclarecesse o que constava na proposta, porque existiam termos divergentes, nomeadamente, no início a proposta mencionava a 'abertura de procedimento' e na explicação, mencionava 'concurso público'.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara, dando-lhe a palavra.-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que em termos de procedimento existiam várias modalidades, nomeadamente, o ajuste direto, o ajuste direto com consulta, concurso limitado, concurso público, concurso internacional, entre outras. O que estava em causa na proposta era um concurso público. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD)**, afirmou que a designação de concurso público não estava plasmada na proposta que o Executivo fazia à Assembleia Municipal. -

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, afirmou que quando não aparecia designado as entidades a consultar, nem a entidade a adjudicar eliminava-se "as partes de um ajuste direto" o resto ficaria com a "modalidade de concurso". -----

-- Para exemplificar o que tinha mencionado, leu um trecho de um dos parágrafos da proposta que dizia que estava "em causa a abertura de um procedimento de contratação por concurso público". --

Deliberado por aprovar por maioria, a prévia autorização – Resíduos Sólidos e Urbanos, com 14 votos a favor do Grupo do PS, 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 5 abstenções do Grupo do PSD. -----

5. 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2012, APROVADO EM SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011 -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A **Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE)**, no documento que tinha solicitado aos serviços da Câmara, referiu que no despacho o Sr. Presidente da Câmara considerava que a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

fit
Yago
[Signature]

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assistente técnica – Lídia Maia, afeta à Divisão de Finanças deveria de passar, por mobilidade interna, a exercer funções na Tesouraria. No entanto, o mapa de pessoal referia-se a uma Assistente Operacional. Deste modo, pergunta se a assistente operacional iria ficar com a responsabilidade de assinar documentos como sucederia com a assistente técnica. -----

– Referiu-se a uma dúvida que possuía e que tinha sido levantada em reunião de Câmara, nomeadamente, face ao mapa de pessoal em vigor não existia o item ‘atividade de tesouraria’ . Esta última situação levava a crer que na alteração ao mapa de pessoal proposto, a atividade de tesouraria seria garantida, somente, pela assistente operacional. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota (CDU), afirmou que era “*mais uma situação confusa*”. Relembrou que a Câmara tinha gasto dinheiro num estudo feito pelo Dr. Daniel Bessa para proposta e elaboração do quadro de pessoal e que recentemente tinha gasto uma verba avultada com um estudo que tinha encomendado à RayHuman, e a proposta desta última não previa a existência de uma tesouraria, nem de um quadro de pessoal afeto a uma tesouraria. ---

– Face às duas encarregadas operacionais para os agrupamentos escolares e que constavam da proposta apresentada, estranhava que o processo viesse à Assembleia, naquele momento, porque as duas encarregadas já se encontravam ao serviço, desde agosto de 2010, tendo as mesmas requerido a regularização das suas situações, em fevereiro de 2011. -----

– Deste modo, estranhava o facto de a Câmara não ter regularizado a situação das duas encarregadas há mais tempo. No entanto, informou que a CDU iria votar a favor. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Domingos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), era da opinião que não existia qualquer irregularidade tal como na situação da Caixa Geral de Aposentações, que recusava pagar as reformas porque a Câmara não tinha entregado os descontos. Informou que tal só tinha sido proferido por alguém que não conhecia a lei, nem como funcionava a retenção da fonte. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), questionou se o estudo da empresa RayHuman já estava pago na sua totalidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), em resposta ao Sr. Fernando Domingos, disse que o mesmo não poderia “*misturar*” uma entidade privada com uma entidade pública, uma vez que esta última tinha a obrigação de entregar os descontos e tinha a “*obrigação de cumprir*”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Domingos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), respondendo à intervenção da Dr.ª Odete Cosme, afirmou que para efeitos de retenção na fonte a Câmara era uma entidade pública mas, também, um “*contribuinte de direito*”. No privado, a empresa ser o contribuinte de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direito, ou seja, o processo era idêntico para as duas entidades, concluiu. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em relação à intervenção da CDU, lembrou que na documentação existiam dois ofícios enviados pelos dois Agrupamentos que formalizavam a necessidade das duas encarregadas. -----

-- Face à questão da tesouraria, informou que se estava a falar de um reforço de pessoal. Acrescentou que a "*carreira de tesoureiro*" não tinha alterado na sua designação e existia a necessidade de oficializar a transferência de recursos humanos para o serviço de tesouraria, com a maior brevidade possível. -----

-- Esclareceu que a assistente técnica iria ter a oportunidade de receber o abono por falhas mas, a assistente operacional não devido às funções que iria exercer. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Domingos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), no caso dos descontos, afirmou que se a entidade patronal não entregasse os mesmos e não tivesse bem que pudessem ser confiscados, eram os trabalhadores que teriam de pagar os respetivos descontos. --

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), perguntou se o lugar que estava em causa não existia no quadro e seria provido por alguém. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que o lugar não constava no estudo que tinha sido realizado porque o mesmo versava sobre a reorganização administrativa da Câmara. Informou que o estudo em questão não estava pago. No entanto, existia a necessidade de ter aquela pessoa a trabalhar na tesouraria, apesar de no quadro de pessoal anterior, o seu lugar não estar considerado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), face à intervenção do Sr. Presidente da Câmara e por forma a clarificar a questão, questionou se proposta apresentava seria para a criação e provimento do lugar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), no âmbito da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, afirmou que não tinha percebido se o estudo da RayHuman estava pago. --

-- Questionou se os funcionários que estavam na reforma, estariam a receber pela Câmara, em vez da Caixa Geral de Aposentações. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, face à questão da Caixa Geral de Aposentações declarou para que não existissem muitas preocupações face ao assunto porque os encontros de contas eram feitos entre a Câmara e demais organismos estatais. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, afirmou que não daria a palavra ao Dr. Pedro Mendonça porque já tinha concedido ao BE imenso tempo de intervenção ao longo da Assembleia.- (Existiu um diálogo sobreposto entre o Sr. Presidente da Assembleia e o Dr. Pedro Mendonça, não sendo possível proceder à sua transcrição ou resumo). -----

Deliberou aprovar por maioria, a 2ª alteração ao mapa de pessoal de 2012, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2011, com 22 votos a favor, 13 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e 0 abstenções. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), fez a sua declaração de voto dizendo que o BE tinha votado contra porque não fazia sentido proceder à alteração do mapa de pessoal quando o Sr. Presidente da Câmara assumiu que o mesmo não estava em conformidade. --

6. LEZÍRIA DO TEJO – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M. – MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA E DE GESTÃO 2011 – CONTRATO PROGRAMA E DE GESTÃO A CELEBRAR EM 2012

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Eng.ª Luísa Pato. -----

A Membro da Assembleia, Eng.ª Luísa Pato (PSD), afirmou que era proposto uma alteração a uma minuta de 2011 e pelo que percebia existiam dois pontos diferentes para se votar. Disse que pensava que o ano de 2011 já estaria encerrado. -----

-- Face ao contrato programa e de gestão a celebrar em 2012 e uma vez que se estava em setembro, quase no final do ano, solicitou ao Executivo que facultasse o ponto de situação relativa a Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

--Referindo-se à página 10 do documento que abordava o período de vigência do contrato, disse que se estava a aprovar um contrato em setembro cuja sua vigência terminaria a 31 de dezembro. Afirmou, ainda, que no tocante ao montante de 7455 euros que o Município teria de transferir, um dos parágrafos do contrato dizia que a referida transferência deveria de ocorrer no 1º trimestre. Com isto disse que não conseguia perceber esta questão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia, Sr. Carlos Mota (CDU), informou que algumas das suas dúvidas já tinha sido colocadas pela Eng.ª Luísa Pato. No entanto, referiu que era mais uma questão confusa, perguntando que contrato é que tinha vigorado até à presente data. -----

-- Questionou, ainda, sobre os relatórios de atividade da Sociedade de Reabilitação, nomeadamente, se a mesma estava a prestar um bom trabalho. -----

-- Afirmou que estavam em discussão dois documentos e que a CDU tinha posições diferentes para cada um, ou seja, face à adenda votaria a favor mas, relativamente ao contrato, votariam contra. ----

-- Concluiu, informando que se os documentos fossem votados em conjunto a CDU votaria contra. -

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), disse que não entendia como



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

fst
Vagos
[Signature]

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se poderia movimentar contas que já estavam fechadas. Como não tinham a informação dos fundos disponíveis, informou que o BE iria votar contra. -----

O Membro da Assembleia, Sr. Carlos Mota (CDU), pediu desculpa pela interrupção mas, disse ter-se esquecido de perguntar se a proposta de contrato apresentada era uma substituição ou se o contrato anterior tinha caducado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer os membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que existia uma adenda ao contrato que tinha sido anteriormente aprovado pela Assembleia Municipal. No entanto, aquando da verificação das contas e com a aprovação de uma candidatura que apoiava a prestação de serviços em 80%, afirmou que tinha existido uma “*retração*” nos custos, ou seja, seriam menos de 7455 euros, como inicialmente previsto. -----

-- Disse que o que estava a ser posto à votação era a “*valorização do trabalho*” desenvolvido pela Sociedade de Reabilitação Urbana cujo trabalho não sendo conhecido fazia com que algumas questões tivessem sido colocadas. -----

-- Informou que se iria proceder à divulgação dos relatórios para cada concelho e que o “*articulado da proposta*” apresentado tinha sido aprovado em todos os Municípios que faziam parte da Sociedade de Reabilitação Urbana. Acrescentou, que a Sociedade estava a desenvolver um bom trabalho na reabilitação urbana, não devendo o mesmo ser posto em causa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Eng.^a Luísa Pato. -----

A Membro da Assembleia, Eng.^a Luísa Pato (PSD), afirmou que não queria inviabilizar o assunto porque dava valor ao trabalho pela SRU acreditando no seu sucesso “*para bem dos concelhos de toda a lezíria do Tejo*”. -----

-- No entanto, disse que existia uma certa confusão em relação às datas e como já tinha referido na sua primeira intervenção, nomeadamente, face à data que constava no documento, que era 2011, quando já se estava em 2012, informou que não poderia dar o seu “*aval*” a um documento datado de 2011. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou que concordava com a intervenção da Eng.^a Luísa Pato. Contudo, disse que o que estava em causa era uma minuta e quando se assinava documentos tinha de ser com a data da assinatura. -----

A Membro da Assembleia, Eng.^a Luísa Pato (PSD), solicitou que o Sr. Presidente da Câmara facultasse o documento definitivo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Bernardo Pereira para mais esclarecimentos. -----

(As intervenções abaixo foram transcritas na íntegra e de acordo com a gravação, uma vez que o BE solicitou um extrato das mesmas contendo o discurso do Dr. Bernardo Pereira e da Eng.^a Luísa



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pato na totalidade). -----

O Sr. Vereador, Dr. Bernardo Pereira, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Senhora deputada, hoje na reunião do Conselho de Administração, para ver se nós conseguimos perceber, o Sr. Secretário – Geral - Dr. António Torres, a dado passo dizia: «bom, o ano passado tive de pagar impostos sobre 5 000 euros, este ano tenho 16 000 euros, eu não tenho o dinheiro».--

A Membro da Assembleia, Eng.ª Luísa Pato (PSD), no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

“Eu vou chorar esta noite por ele.” -----

O Sr. Vereador, Dr. Bernardo Pereira, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

É o Sr. Secretário – Geral da CIMLT. -----

Em relação à SRU e em relação a este problema, repare o seguinte Sr.ª deputada, nós tínhamos em cursos programas que tinham uma comparticipação de 75 ou 80%. Saiu, entretanto, a legislação que passou essa comparticipação para 85%. Logo, temos aqui dinheiro que sobra e tem de ser devolvido, alínea a. -----

Alínea b, dizia então o Dr. António Torres: «tenho 16 000 euros, isto é, eu faturei aos Município 16 000 euros. Portanto, eu tenho aqui 16 000 mil euros de receita mas, não tenho o dinheiro, porque os Municípios ainda não me pagaram». -----

Mas em termos de facto ele tem de pagar imposto sobre esses 16 000 euros. Portanto, o que ele tem de fazer é uma «nota de devolução» ou arranjar faturas de despesa para evitar de ter de pagar às Finanças imposto sobre 16 000 euros que ele tem faturados mas, não tem (não se percebe) na caixa. -----

E aquilo que estamos aqui a falar é que, como sabe, por legislação recente do Governo, as comparticipações, no âmbito do QREN, aumentaram. Logo esses contratos que estavam em vigor com comparticipações inferiores àquela, tem que haver esta devolução, tem de haver este acerto de contas.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o Ponto 6. -----

Deliberado aprovar por maioria, a Lezíria do Tejo - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. – Minuta de Adenda ao Contrato programa e de Gestão 2011 – Contrato Programa e de Gestão a celebrar em 2012, com 13 votos a favor do Grupo do PS, 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 7 abstenções, 1 do Grupo do PS e 6 do Grupo do PSD. -----

A Membro da Assembleia, Eng.ª Luísa Pato (PSD), fez a sua declaração de voto dizendo que tinha percebido as explicações mas, com a intervenção do Dr. Bernardo Pereira tinha ficado confusa daí ter optado pela abstenção. -----

O Membro da Assembleia, Dr. Pedro Mendonça (BE), fez a sua declaração de voto afirmando que o BE tinha votado contra pelos mesmos motivos apontados pela Eng.ª Luísa Pato. No entanto, aproveitou para pedir à Mesa o extrato da ata com as intervenções do Dr. Bernardo Pereira. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação da minuta da ata, tendo a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesma sido aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a falar, o Sr. Presidente, deu por encerrada a sessão, às vinte e duas horas e vinte minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Jorge Manuel Pisca Lúcio, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do Presidente, em substituição. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 2º Secretário,

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Handwritten signature: José Amândio Batista Pego

Ao abrigo do direito que me é concedido, como membro da Assembleia Municipal do Cartaxo e ainda na qualidade de representante da mesma, na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal do Cartaxo, direi que:

1. Foram realizadas duas reuniões plenárias, nos dias 11 de Fevereiro e 25 de Março de 2011, reuniões, das quais deixei aqui notas dos assuntos tratados.
2. Pelo que me foi dado observar os elementos apresentados, elaborados pela Câmara Municipal, seus técnicos e coordenador, resultantes do trabalho previamente elaborado, estavam bem definidos e de acordo com aquilo que se pretende alterar e corrigir.
3. Pela complexidade e número de entidades envolvidas no processo, apenas existia a situação levantada pelo IGESPAR, quanto ao levantamento arqueológico do concelho.

Assim, ano e meio depois da última reunião, quero formular publicamente ao senhor Presidente da Câmara, o seguinte esclarecimento:

Handwritten note: JAAAMOS QUE NÃO DEPENDE LO DE SI, MAS

- 1 - Não acha que já é tempo da revisão estar concluída e o respectivo Plano Director Municipal em vigor?

António José Amendoeira Batista Pego

Cartaxo, 27 de Setembro de 2012



MOÇAE

Handwritten signature and initials, possibly 'J. Mendes' and 'PWA'.

Um ano depois da inauguração do Parque Central, abençoada por Cavaco Silva e nove meses depois de em referendo os Cidadãos terem decidido contra a concessão a privados do parque subterrâneo de estacionamento, continua sem vir a esta Assembleia uma única proposta de gestão deste espaço municipal.

Um ano passou e os bares não abriram, os jardins estão por tratar, o monumento aos mortos continua amputado e os achados arqueológicos desaparecidos, apesar de se ter afirmado que viria dinheiro de fundos para terem *exposição pública*.

Depois das árvores cortadas e dos euros gastos até ao limite em propaganda, depois do que se gastou na falsa inauguração por parte de Cavaco, Caldas e Varanda tornamos a questionar quais as ideias e projectos para esta tão cara obra do regime.

Mas afinal o que se passa? Mas afinal não é a nós cidadãos que pedem austeridade para pagar estas obras? Não merecem os Cidadãos uma explicação, ou no Cartaxo como no País, a única coisa que as maiorias têm a dizer ao povo é: paga e cala? Não sentem que o ar dos tempos está a mudar? Não sentem vergonha da barbárie que se está a infligir aos Cidadãos por via da vossa irresponsabilidade e incompetência?

Já basta de fazerem ou não fazerem como querem, quando querem e quando vos dá jeito politicamente. Basta, porque quem paga e quem sofre é sempre o cidadão.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda propõe que esta Assembleia exija ao Executivo que diga como irá regulamentar o estacionamento, como irá colocar em funcionamento os bares abandonados em pleno centro do Cartaxo e qual o projecto de utilização e gestão de todo o Parque central e quanto tudo isto custou e custará aos bolsos da comunidade.

Os deputados municipais,

Pedro Mendonça / Odete Cosme

Requerimento

Ints
Jornalistas
(3)

De acordo com a lei, solicitamos o
prolongamento do período antes da
hora do dia pelo período legalmen-
te estabelecido.

Pacheco, B.E.



Moças

4
F. A.
Mendonça

Considerando que um dos principais deveres dos eleitos locais deve ser o trabalho por uma sociedade mais livre, mais justa e por uma democracia de qualidade e que esta não existe sem transparência, já é tempo que no Cartaxo exista um efetivo acesso de todos à informação que a todos diz respeito, no cumprimento não só dos valores democráticos mas também da Lei que a todos nos rege.

Para que possa existir fiscalização democrática, para que possam existir propostas de alternativa e para que possa existir o regular funcionamento da democracia é essencial que a informação que deve ser pública não esteja enclausurada nos gabinetes desta casa, longe do olhar crítico da oposição e dos cidadãos.

Desde o início desta legislatura que Paulo Varanda, primeiro como vice-presidente e depois como presidente, tudo tem feito para estar no Poder sem dar "cavaco a ninguém" e a verdade é que com a eleição de Fernando Santos para Presidente desta Assembleia, tudo lhe tem sido mais fácil.

A Democracia num Estado de Direito exige Transparência ou não é Democracia Plena e muito menos de Direito, assim e por este comportamento ser contínuo, o Bloco de Esquerda propõe esta moção de repúdio pelo comportamento cúmplice do Presidente da Assembleia Municipal face ao reiterado comportamento do Presidente da Câmara Municipal em ocultar informação aos deputados municipais legitimamente eleitos pelos Cidadãos.

Acreditamos que está a chegar o dia em que não poderão mais esconder aos cidadãos a informação a que eles têm direito, está a chegar o dia em que estes comportamentos não serão mais aceites passivamente, porque cada vez mais está a ficar claro que é nos corredores do Poder que se esconde a verdadeira razão do assalto que está a ser feito aos cidadãos.

Pedro Mendonça / Odete Cosme

Deputados Municipais, Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO
GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA

M. FABIANO

Moço

Agro Global

5

João José
Ribeiro
PhA

Teve lugar, nos dias 05 e 06 de setembro, a terceira edição da Agroglobal, Feira do Milho e das Grandes Culturas, certame que decorreu na freguesia de Valada e ao qual a Câmara Municipal do Cartaxo teve a honra de se associar, prestando-lhe todo o apoio, tanto em termos institucionais como logísticos.

É com orgulho que registamos, mais uma vez, os resultados positivos obtidos pela organização, e que fazem da Agroglobal um caso de sucesso entre as Feiras, Mercados e Exposições dedicados ao setor Agro-Alimentar.

O crescimento dos números que se tem vindo a verificar de edição para edição, é a maior prova desse sucesso: este ano marcaram presença mais de 180 expositores de produtos e materiais exclusivamente vocacionados para a Agricultura, com maior destaque para o setor da maquinaria.

Durante os dois dias que durou o certame, os 4 hectares de espaço de exposição foram partilhados por mais de 200 grandes máquinas agrícolas, e os 120 hectares de área de demonstração foram percorridos por mais de 80 máquinas e tratores.

Sendo uma feira de vocação profissional, isto é, dedicada aos empresários agrícolas; é digno de registo o número de visitantes atingido: 15 mil, em apenas dois dias (dias úteis), em horário limitado. Este número adquire maior relevância quando se percebe que entre estes visitantes estiveram alguns empresários agrícolas estrangeiros. Para além deste registo, importa referir também que grande parte dos 15 mil visitantes veio de fora do Ribatejo, consolidando o estatuto desta feira, que é de referência nacional e que já constitui ponto de agenda obrigatório para algumas personalidades de relevo nacional.

A par de todo este impressionante conjunto de números, importa também lembrar o excelente programa de colóquios, debates e conferências que

foi levado a cabo pela organização ao longo desta edição, e que contou com a presença de oradores de renome internacional. Este programa formativo/informativo esteve literalmente ao serviço de todos, uma vez que as comunicações e os debates foram retransmitidos através do sistema de som que serviu todo o recinto.

João Carlos
Pit
A

A visita a todo o espaço da Agroglobal acabou inclusivamente por se constituir como uma agradável experiência, na medida em que não foram descurados sequer os aspectos ligados ao conforto dos visitantes, tendo sido mesmo disponibilizados equipamentos que viriam a proporcionar oportunidades de lazer únicas. Referimo-nos, em concreto, à plataforma de elevação a 40 m de altura, que permitiu uma observação privilegiada não só do recinto da Feira, mas de toda a paisagem envolvente, até uma distância de muitos quilómetros.

Por todos estes fatores, os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista congratulam-se com a realização da 3ª edição da Agroglobal - Feira do Milho e das Grandes Culturas no concelho do Cartaxo e reconhecem que se trata de um certame que introduz alterações muito positivas na dinâmica do setor.

A par destas circunstâncias, é de sublinhar a perspetiva económica e mediática, na medida em que a Agroglobal se traduz em resultados económicos para um setor que é dominante neste concelho e que promove a sua imagem, dando-lhe visibilidade mediática de forma muito positiva.

De salientar que esta Feira tem vindo também a dar novo alento aos empresários do setor agrícola do concelho, que tem vindo a reconquistar expressão económica. O concelho do Cartaxo é já o maior concelho produtor de tomate do país, por exemplo. No capítulo vitivinícola, é de sublinhar também o incremento do volume de negócios para os produtores do concelho. Nos últimos anos, a dinamização do setor tem vindo a traduzir-se num espectacular aumento da produção para exportação, a que correspondem novos padrões qualitativos, dos quais tem vindo a resultar a conquista de um sem número de prémios internacionais pelos vinhos do concelho do Cartaxo.

Os membros da Assembleia Municipal do Cartaxo eleitos pelo Partido Socialista congratulam-se com os excelentes resultados obtidos pela organização deste certame, na medida em que o setor Agro-Alimentar é estratégico não só para o concelho do Cartaxo, mas para o próprio país.

João Luís
Pite
A

Cartaxo, 27 de Setembro de 2012



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO
GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA

6

HOCU
EDUCAÇÃO
[Handwritten signature]

O mês de setembro trouxe mais um ano lectivo e, mais uma vez, a autarquia do Cartaxo foi chamada a assumir responsabilidades na área educativa.

No dia 11 teve lugar mais uma cerimónia de boas vindas aos professores, cerimónia que ficou marcada pela homenagem às carreiras docentes com 25 anos de ensino no concelho. O ano lectivo teve início a 14 de setembro em todas as escolas.

Segundo os dados disponíveis até ao momento, o primeiro ciclo do ensino básico registou um ligeiro decréscimo do número de alunos. Em 2011/2012 estiveram matriculados 1043. Em 2012/2013 matricularam-se 967. Este número não está ainda estabilizado, na medida em que estão em curso alguns processos de transferência de alunos. De salientar que, apesar deste ligeiro decréscimo, mantém-se em funcionamento todas as escolas do ensino básico do concelho.

Sendo a vertente das competências em matéria de funcionamento das escolas de importância vital para o processo educativo, é igualmente importante o papel que a autarquia desempenha em matéria de apoio social.

Numa conjuntura como aquela que o País atravessa, que se traduz numa grave crise económico-financeira, agravada pelas políticas de austeridade impostas por um Governo que está obcecado por compromissos cegos em vez de estar ao serviço das pessoas, tem sido com enorme esforço que a Câmara Municipal do Cartaxo tem vindo a corresponder às situações de emergência social, travando o abandono escolar e até situações de carência.

Os serviços têm registadas 350 situações de apoio social escolar de 1º e 2º escalão, sendo que 179 alunos estão no primeiro escalão, 171 estão no 2º. Todos estes alunos, cujas situações familiares são economicamente difíceis, receberam manuais escolares e fichas de trabalho gratuitos. Os alunos no primeiro escalão têm ainda direito a refeições completamente gratuitas, enquanto os que estão no 2º escalão pagam apenas 73 cêntimos por refeição. De salientar também que, independentemente de terem direito a apoio social ou não, os alunos que residem a mais de 4 Km da

escola (e que para já são 7) têm transporte gratuito, assegurado pela autarquia.

Ainda no âmbito do apoio social a famílias economicamente carenciadas, é de destacar o papel relevante que têm desempenhado as funcionárias responsáveis por todo este processo. Os serviços têm conseguido responder às situações de emergência de forma eficaz, fazendo avaliações das situações semana a semana, o que tem vindo a permitir à autarquia enquadrar famílias que – segundo os critérios da própria Segurança Social – seriam rejeitadas. Esta situação deve-se ao facto de a Segurança Social reportar a sua análise aos comprovativos de rendimentos do ano transacto, ignorando em absoluto as situações de desemprego recentes, por exemplo.

Para que o arranque do ano lectivo fosse completo, está já concluído o processo de colocação dos professores responsáveis pelas Atividades Extra Curriculares (AEC's). Ao todo, a Câmara Municipal do Cartaxo contratou 30 professores, que foram distribuídos, em igual número, por três áreas de trabalho: inglês, físico-desportiva e actividades lúdico-expressivas.

Tendo em conta a importância do combate ao abandono escolar e a situação de emergência social que o País atravessa, os membros eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Cartaxo congratulam-se com a acção da autarquia nesta matéria, que - apesar de todos os constrangimentos impostos pela Lei dos Compromissos – conseguiu ir além do que é proposto pelo próprio Governo no apoio social aos alunos mais carenciados.

Cartaxo, 27 de Setembro de 2012

Domènec
pt
[assinatura]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO
GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA

7

Handwritten signature and initials

MOÇÃO^N

Lei Com Promissos

Aprovada a 21 de fevereiro de 2012, a Lei dos Compromissos (Lei 8/2012) tinha como principal objectivo travar o crescimento da despesa dos serviços do Estado, nomeadamente travar o aumento da dívida das autarquias locais. Apelidada de "Lei Travão", esta lei veio pôr em causa o regular funcionamento de praticamente todos os serviços a que se aplica. De resto, perante a reclamação de inconstitucionalidade desta Lei, o próprio Governo viria a reconhecer-lhe erros, ao promover as alterações necessárias para que as Câmaras Municipais possam fornecer refeições e transporte escolar aos alunos sem a violarem.

Sendo as Câmaras Municipais os organismos cujo funcionamento é mais directamente afectado por esta lei, ninguém estranhou que tenha sido a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) a reivindicar a sua fiscalização pelo Tribunal Constitucional, situação que mereceu o acordo do Procurador Geral da República.

Por se tratar de uma lei que põe em causa o regular funcionamento dos instituições e que põe em causa a prestação de serviços de primeira necessidade às populações, é aguardada com expectativa a decisão do Tribunal Constitucional.

No entanto, enquanto este processo estiver em análise e enquanto o Governo não reconhecer a necessidade de proceder a novas alterações à lei, ela mais não é do que um instrumento de paralisação da acção autárquica, de manipulação e de estrangulamento financeiro, impedindo os serviços aos quais a lei se aplica de tomarem até decisões que permitiriam poupar dinheiro ao erário público.

Estando impedidas, por esta lei, de celebrar novos contratos de aquisição de bens ou serviços, muitas autarquias vêem-se impedidas de avançar

para rescisões ou renegociações que resultariam em poupança significativa para os seus orçamentos, sob pena de ficarem os munícipes privados dos bens ou serviços em causa, independentemente da sua importância.

Concordando com os princípios da boa gestão autárquica, os membros da Assembleia Municipal do Cartaxo eleitos pelo Partido Socialista não podem deixar de condenar, mais uma vez, a aplicação de uma lei cega, surda e muda, que trata de forma igual aquilo que é desigual, que não respeita as necessidades básicas das populações e que não respeita a autonomia do poder autárquico, democraticamente eleito.

Cartaxo, 27 de Setembro de 2012

Pedidos de Esclarecimento



Foi na passada sessão desta Assembleia Municipal, dia 27.06.2012, faz hoje precisamente 3 meses que a Bancada da CDU apresentou alguns pedidos de esclarecimento e alertámos para situações com necessidade de resolução bem como de outros que agora acrescentarei, a saber:

1. Estrada do Setil, para quando o retomar das obras e sua conclusão, com o Outono e Inverno à porta a situação tende a agravar-se. Ainda não foram ultrapassadas as questões burocráticas com o INA Alentejo e a desapropriação dos terrenos? É uma situação que se arrasta à demasiado tempo e as pessoas estão cansadas de ser enganadas com falsas promessas, é preciso não descurar e dar prioridade aos projectos mais prementes.
2. A colocação da cobertura e banco na paragem de autocarro junto à farmácia Central é para fazer ou não?
3. Estrada Nacional 3.3 entre Ribeira do Cartaxo e Santana é agora que avançam as obras ou vão parar a meio? E como fica a construção do viaduto de Santana que serviu às mil maravilhas para fazer campanha eleitoral demagógica bem como para incluir em anteriores Orçamentos da Câmara Municipal? a ser cumprido nesta altura já estaria a funcionar em pleno.
4. Embora seja uma questão da freguesia de Valada na qual a Câmara tem responsabilidades, não podemos deixar de referir aqui na A.M. visto que, existem referências colocadas pelas várias bancadas sobre as verbas não totalmente gastas na limpeza e arranjo e conservação dos diques e guardadas ciosamente nos cofres do Município para aplicar na Freguesia de Valada, que o dique (apelidado pelos habitantes como tapada), nas zonas que não tem cobertura de

cimento, as ervas não são cortadas atingindo nalguns pontos uma altura considerável e não estando portanto transitável. Resolvam esta questão o mais breve possível.

Alertamos ainda que nesta freguesia na estrada nacional 3.3 na berma do lado direito entre a fragosa e a Ponte D, Amélia a valeta de escoamento está completamente tapada originando um esgoto a céu aberto que transmite um cheiro nauseabundo e acumula ali insectos e outra bicharada. De referir que é dentro da povoação e que portanto moram ali pessoas. A mesma situação se dá a seguir à ex-escola primária no sentido de Valada onde também residem pessoas.

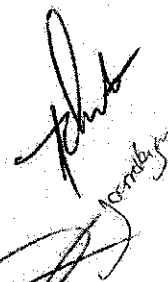
5. Gostaríamos de saber quando serão cumpridos os protocolos de Apoio às Colectividades desbloqueando as verbas assumidas pelo Município? Quero referir como exemplo comum a todas, a situação do Clube Desportivo de Vale da Pedra, que tem 70 crianças em actividade, com o beneficio que lhes advém mas com encargos difíceis de suportar e correndo o risco de terem de parar, quando na verdade os 6.000€ que a Câmara ainda não pagou ao Club daria para proporcionar alegria e conforto financeiro a todos e tiraria algumas dores de cabeça aos seus Dirigentes que trabalham em prol dos jovens e da sua freguesia.

ESPERAMOS QUE ESTES PONTOS NÃO CAIAM EM SACO ROTO E SE TRADUZAM NUMA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DOS CIDADÃOS DO NOSSO CONCELHO.

A Bancada da CDU

Cartaxo 27.09.2012

[Handwritten signature]
Rodrigo A. Rodrigues



Recomendação

Mais uma vez vimos falar do "Lago dos Patinhos" como é chamado pela população com alguma ternura e carinho, por pais, avós e crianças do concelho do Cartaxo e com maior incidência por estas faixas etárias da Cidade. Qual de nós não se lembra na sua meninice de sempre que possível ir ver o lago dos patos? até mesmo para os que vinham das freguesias era passagem obrigatória. Quase nos atrevemos a chamar-lhe um Exilibris do Cartaxo, integrado, na zona verde do jardim municipal.

O seu local estratégico para os visitantes, turistas ou não, e para as crianças que diariamente, acompanhadas pelos adultos por ali passam, comprova a necessidade de maior atenção para aquele espaço.

Se antigamente ele era atractivo, servia de passeio domingueiro, asseado sempre com água limpa onde se via o fundo e os peixinhos, estava bem enquadrado, no jardim sempre arranjado e embelezado com vegetação e flores bem cuidados, porquê este abandono e desprezo pelo ambiente e espaços verdes da cidade?

Além do interesse que o local no desperta, fomos alertados por uma cidadã residente que todos os dias ali vai, para o cheiro intenso proveniente da água do lago e que provoca enjoos, isto devido à falta de limpeza periódica e mudança das águas no seu todo incluindo os "recipientes" do repuxo onde os pombos e pássaros fazem a sua higiene diária e saciam a sede.

De facto não se vê o fundo do lago com a água tão turva, temos que olhar com fixação para ver que existem ali vários peixes, também na laje onde estão os patos e as tartarugas os dejectos dos animais que

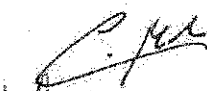
secam ficando acumulados ou acabam dentro do lago e provocam os tais cheiros, constituindo um perigo para a higiene e saúde pública.

E o Cisne preto foi de férias e não regressa mais? Se não vem, deveria ser substituído por outro, não afectaria muito o orçamento da Autarquia, poderia até aproveitar-se as taxas que pagamos na factura da água.

Teremos que ser nós responsáveis pelo bem público a dar os bons exemplos, a ter Brio na limpeza conservação e embelezamento da nossa Terra, às crianças, jovens e a toda a população do nosso concelho contribuindo assim para a ilustração de um lindo postal ilustrado do Cartaxo.

Esperamos que este assunto tenha respostas efectivas e rápidas

A Bancada da CDU


Carlos Faria Sá
Rodrigo A. Rodrigues

Cartaxo, 27.09.2012